

Anália Torres
Fátima Assunção
Paula Campos Pinto
Diana Maciel
(Organizadoras)

Género, Conhecimento, Resistências e Ação

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
UNIVERSIDADE DE LISBOA
2023



INSTITUTO SUPERIOR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E POLÍTICAS
UNIVERSIDADE DE LISBOA



CENTRO
INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS DE
GÉNERO
ISCSP-ULISBOA

COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO

TÍTULO

Género, Conhecimento, Resistências e Ação

ORGANIZADORAS

Anália Torres
Fátima Assunção
Paula Campos Pinto
Diana Maciel

AUTORES/AS

Anália Torres | António Fonseca | Bernardo Coelho | Diana Maciel | Eduarda Ferreira
Fátima Assunção | Filipa Godinho | Irma Erlingsdóttir | Isabel Fiadeiro Advirta
Joana Topa | Karla Bessa | Lia Gil Antunes | Lígia Amâncio | Patrícia Santos Pedrosa
Paula Campos Pinto | Pedro Vasconcelos | Sofia Aboim | Sue Scott

EDITOR

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda
1300-663 Lisboa
www.iscsp.ulisboa.pt

EDIÇÃO E FIXAÇÃO DO TEXTO

Núcleo de Edições do ISCSP-ULisboa

IMPRESSÃO: CAFILESA, LDA.

DEPÓSITO LEGAL N.º 524570/23

ISBN 978-989-646-171-3

DEZEMBRO DE 2023

Índice

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS ORGANIZADORAS.....	xi
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES E DAS AUTORAS.....	xiii
AGRADECIMENTOS.....	xvii
INTRODUÇÃO.....	xix

I. GÊNERO, CONHECIMENTO E RESISTÊNCIAS

1. Estudos de Gênero, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação ANÁLIA TORRES.....	27
2. Conceptualizing Gender: An Autobiographical Journey SUE SCOTT.....	39
3. Políticas e Epistemologias Feministas e de Gênero sob Ataque: O Medo Bolsonarista da Diversidade KARLA BESSA.....	57

II. DIREITOS, POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

4. O Gênero em Tempos de Cólera LÍGIA AMÂNCIO.....	89
5. The Gender Political Challenge Posed by the Contemporary Populist Right IRMA ERLINGSDÓTTIR.....	97
6. Amor à Hierarquia: A Ascensão da Ideologia Antigênero PEDRO VASCONCELOS.....	107
7. Direitos, Políticas e Debates na Construção da Justiça de Gênero: Pesquisar Também é Resistir PAULA CAMPOS PINTO.....	127

III. IDENTIDADES, SEXUALIDADES E ATIVISMOS

8. Os Nomes do Género: Percursos de Construção Identitária de Pessoas Transgénero
SOFIA ABOIM, ANTÓNIO FONSECA & FILIPA GODINHO 137
9. 20 Anos de Afirmação dos Direitos LGBTQI+ em Portugal:
Como Deixamos de Tolerar a Tolerância
ISABEL ADVIRTA 161
10. Estar na Academia é Também Estar no Ativismo – Há Outra Forma?
EDUARDA FERREIRA 175

IV. DESIGUALDADES DE GÉNERO NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

11. Estudos Migratórios e os Feminismos de Terceira Vaga
JOANA TOPA 187
12. Plural Existences: Feminists' Epistemologies and the History of Architecture
PATRÍCIA SANTOS PEDROSA & LIA GIL ANTUNES 205
13. Amor Acidental entre Acompanhantes e Clientes: Desigualdades e Seduções
BERNARDO COELHO 221

Índice de Figuras

3.1 Brasília, 10h29: Marcha das Margaridas leva trabalhadoras rurais de todo o país para a Esplanada dos Ministérios	65
3.2 Marcha das Vadias 2019, Recife	66
3.3 Parada LGBTQIA+ 2019	67
3.4 Encontro Nacional de Mulheres Negras em Goiânia, 2018	68
9.1 1999, artigo da ILGA Portugal – um guia de direitos	163
9.2 Faixa “Nós Também Somos Famílias”	165
9.3 Campanha “Pelo Direito à Indiferença”, 2005	166
9.4 Espanha 3 – Portugal 0: Europride Madrid, 2007	167
9.5 Marcha do Orgulho LGBT, 2009	168
9.6 Marcha do Orgulho LGBT, 2014	170
9.7 Marcha do Orgulho LGBT, 2016	171
9.8 Mensagens pessoais, 2018 e 2019	172

Índice de Quadros

8.1 Número de termos utilizados para descrever a identificação de género	144
8.2 Semânticas da identidade de género	147
8.3 Autoidentificações de género: termos utilizados	148
8.4 Autoidentificações de género ao longo da vida	151

NOTAS BIOGRÁFICAS DAS ORGANIZADORAS

ANÁLIA TORRES é doutorada em Sociologia, professora catedrática de Sociologia no ISCSP-ULisboa, e coordenadora da Unidade de Sociologia. É investigadora e diretora do CIEG/ISCSP-ULisboa. Foi Presidente da European Sociological Association (2009-2011) e da Associação Portuguesa de Sociologia (2002-2006). Integra a Direção da A3ES e foi, em 2023, galardoada com a Medalha de Mérito Científico. Tem dirigido equipas de pesquisa a nível nacional e internacional no âmbito dos estudos de género, e tem 20 livros publicados e mais de 80 capítulos de livros e artigos em revistas nacionais e internacionais. Ver: www.analiatorres.com

FÁTIMA ASSUNÇÃO é doutorada em Sociologia pela Universidade de Manchester (Reino Unido) e Professora Auxiliar no ISCSP-ULisboa. Participou na fundação do CIEG, integrando atualmente a sua direção. Foi vice-presidente do Research Committee 10, da Associação Internacional de Sociologia, e da Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho (APSIOT). Tem participado em várias pesquisas e publicado trabalhos em que analisa diferentes dimensões das relações de género no trabalho e no emprego. Interesses de investigação: género, emprego e articulação entre a vida profissional, pessoal e familiar; desigualdades sociais e mercado de trabalho; globalização, transformações tecnológicas e implicações no emprego.

PAULA CAMPOS PINTO é doutorada em Sociologia pela York University (Toronto, Canada) e é Professora Associada no ISCSP-Universidade de Lisboa, onde também foi fundadora e atualmente é vice-diretora do CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género. Tem coordenado e participado em inúmeras pesquisas nacionais e internacionais relacionadas com género e intersecção de género com deficiência, sendo autora de muitas publicações nacionais e internacionais que abordam temas relativos à deficiência, igualdade de género, direitos humanos e políticas públicas.
Ver: <https://paulacampospinto.com/> <https://orcid.org/0000-0003-4040-1688>

DIANA MACIEL é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e Professora Auxiliar Convidada no ISCSP-ULisboa. Foi fundadora do CIEG (Centro Interdisciplinar de Estudos de Género) e faz atualmente parte da direção. Tem participado em várias pesquisas nacionais e internacionais com diversas áreas de interesse. Nomeadamente, igualdade de género, juventude, mobilidade social, estudos longitudinais, família e toxicodependências.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES E DAS AUTORAS

ANTÓNIO FONSECA nasceu em 1996. Concluiu a licenciatura em Sociologia no ISCTE-IUL em 2017 e o mestrado no mesmo instituto e na mesma área em 2019. Foi bolseiro no projeto TRANSRIGHTS – *Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective* de 2019 a 2020.

BERNARDO COELHO é doutorado em Sociologia, professor auxiliar convidado no ISCSP-ULisboa, investigador e membro fundador do CIEG/ISCSP-ULisboa. Cooordenador da Secção Temática Género e Sexualidade da Associação Portuguesa de Sociologia. Participa em projetos de investigação de âmbito nacional e internacional, sendo o mais recente: AllInteract – participação e acesso dos cidadãos à ciência. Publicações recentes incluem: Coelho, Maciel & Torres (2021). *The social construction of gender and social class in family relations over the life course. Handbook of Sociology of Families in Europe*, Palgrave Macmillan.

EDUARDA FERREIRA, investigadora do CICS.NOVA, na NOVA FCSH. Com formação em Psicologia e Doutoramento em Geografia Social e Cultural, tem como interesses de investigação género e sexualidades. É membro fundador da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA), membro do Space, Sexualities and Queer Research Group, e editora da secção LES Online da Revista Latino-Americana de Geografia e Género. É membro do comité de direção da European Geographies of Sexualities Conference. Ver: www.eferreira.net

FILIPA GODINHO nasceu em Lisboa em 1995. Frequenta o Doutoramento em Sociologia no ISCTE-IUL. É licenciada em Sociologia pelo ISCTE-IUL desde 2017 e em 2019 concluiu o mestrado em Sociologia também no ISCTE-IUL com uma disserta-

ção sobre género e infância. Entre 2019 e 2020 participou no projeto *TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective*.

IRMA ERLINGSÐÓTTIR is the Director of the GEST-programme, a transnational post-conflict/development studies programme in gender equality, of the EDDA – Center of Excellence in critical contemporary research, and of the RIKK – Center for Women’s and Gender Research at the University of Iceland. She is also an Associate Professor of French Literature. She has led several large-scale academic projects in gender studies, contemporary politics, and critical theory and published widely in these fields and has published articles and book chapters in contemporary French literature and philosophy. See www.gest.org and www.edda.hi.is

ISABEL FIADEIRO ADVIRTA ([linkedin.com/in/isabeladvirta/](https://www.linkedin.com/in/isabeladvirta/)) integra a plataforma de reflexão e intervenção sobre género e sexualidade Coisas do Género e o ALARIDO – coro feminista e LGBT. Com formação académica em Ciências da Comunicação, trabalha na Câmara Municipal de Lisboa, na área de economia e inovação, com projetos como a rede Women4Climate Lisboa ou a comunidade Made of Lisboa. Ligada durante mais uma década à ILGA Portugal, que presidiu, é lésbica e não se esconde há muitos anos, embora alguns *coming outs* continuem a ser desafiantes.

JOANA TOPA é doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho. É Psicóloga, Professora do Instituto Universitário de Maia e Investigadora do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa). As suas principais áreas de pesquisa focam-se em estudos de género, migrações, violência de género e abordagens interseccionais. Tem várias publicações em revistas nacionais e internacionais e capítulos em livros editados.

KARLA BESSA é Doutora em História Social, UNICAMP (Brasil), Pós-doutora pela Universidade de Michigan (EUA) e foi Pesquisadora Visitante do Departamento de Estudos Fílmicos-King’s College, UK (2014). Atualmente coordena o Núcleo de Estudos de Género PAGU, UNICAMP. Integra o corpo docente dos programas de pós-graduação em Ciências Sociais (IFCH) e Multimeios (Instituto de Artes). Suas pesquisas perpassam o estudo das relações entre cinema, história e relações de género, com ênfase na filmografia Brasileira. Dentre suas publicações destaca-se a co-organização do Dossiê: Relações de Género, Sexualidade & Cinema. Ver: kbessa@unicamp.br

LIA GIL ANTUNES (Covilhã, 1988). Architect, researcher, feminist, and co-founder of the Mulheres na Arquitectura association. PhD candidate in darq-UCoimbra about women — architects, other professionals, and inhabitants — of the SAAL process,

through a research fellow from FCT and was a research fellow in the project W@ARCH.PT – Women Architects in Portugal: building visibility, 1942-1986 (CIEG/ISCSP-ULisboa). Areas of interest: Feminist and gender studies; History and Theory of Architecture; Right to Housing and Right to the City; Citizen participation.

LÍGIA AMÂNCIO é licenciada em Psicologia e Educação pela Universidade de Paris VIII e doutorada em Sociologia pelo ISCTE onde prestou provas de agregação. É professora catedrática de psicologia social do ISCTE-IUL desde 2002. A sua carreira de investigação centrou-se no estudo da construção social do masculino e do feminino e das suas implicações para a discriminação das mulheres no trabalho, em particular nas profissões qualificadas. Foi Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres de 1996 a 1998 e Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia de 2006 a 2012. Aposentou-se em 2018 e recebeu o título de Professora Emérita em 2019.

PATRÍCIA SANTOS PEDROSA (CIEG/ISCSP-ULisboa e deca-UBI), Feminist, architect, activist, professor, researcher, and mother. Researcher at the Interdisciplinary Centre for Gender Studies, University of Lisbon. Invited Assistant Professor at the University of Beira Interior. Co-founder and president of Women in Architecture (Portugal). Researcher in charge of the project Women Architects in Portugal: Building Visibility 2018-2021. Main areas of research: Architecture and Gender; Cities and Gender; Feminist Urbanism; Portuguese Architecture History (XX Century).

PEDRO VASCONCELOS, Sociólogo, Professor Associado do Departamento de Sociologia e Investigador Integrado do CIES, ISCTE-IUL, onde ensina e investiga desde meados da década de 1990. Os seus presentes interesses de investigação e publicação lidam com questões de desigualdade social, gerações e curso de vida, género, masculinidades e feminilidades, estudos transgénero e ordens institucionais. Foi investigador sénior do projeto *TRANSRIGHTS: Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective*.

SOFIA ABOIM, socióloga, é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2004). É Investigadora Principal no ICS-ULisboa. A sua investigação incide sobre género e feminismo, masculinidade, cidadania e desigualdades sociais. Publicou livros e artigos sobre estas temáticas em revistas nacionais e estrangeiras. Publicou recentemente o artigo “Fragmented recognition: Gender identity between moral and legal spheres” (*Social Politics*, Oxford University Press) e está a escrever um livro sobre género, reconhecimento e desigualdade. Coordenou o projeto *TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe*.

SUE SCOTT is a feminist sociologist, primarily, of gender and sexuality. She has held professorships at four UK Universities. She has also held a number of senior positions: Postgraduate Dean, Dean of Humanities and Social Sciences and Pro Vice Chancellor for Research. She is a Fellow of the UK Academy of Social Sciences. She was President of the British Sociological Association 2007-2009 and President of the European Sociological Association 2017-19. She is now a Visiting Professor at Newcastle University and an Honorary Professor at the University of Helsinki. She acts as a research consultant and advisor to a number of UK and European Universities and organizations, and also as a mentor to individuals (especially women) in academic leadership positions. She is a founding managing editor of Discover Society: discoversociety.org

AGRADECIMENTOS

Tanto a presente publicação, como o Congresso que está na sua origem, não teriam sido possíveis sem a colaboração de várias pessoas, que cumpre agora agradecer de forma especial. Começamos pela Comissão Científica do II Congresso Internacional de Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres, onde encontrámos o apoio estimulante de colegas com produção científica proeminente, em Portugal e no estrangeiro, na área dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres. À Comissão Executiva, que tomou em mãos as inúmeras tarefas envolvidas na organização do Congresso e nas publicações que dele resultaram, deixamos uma palavra de forte agradecimento pelo empenho, solidariedade e dedicação até ao último instante. Foi muito gratificante contar com esta equipa que integrou Anália Torres, Bernardo Coelho, Clara Oliveira, Cláudia Casimiro, Dália Costa, Débora Ricci, Diana Maciel, Ellen Theodoro, Fátima Assunção, Helena Pereira de Melo, Helena Sant'Ana, Manuela Tavares, Maria João Cunha, Patrícia Pedrosa, Paula Campos Pinto e Teresa Janela Pinto.

O trabalho de preparação do Congresso foi facilitado pelo envolvimento da empresa Leading, e destacamos, em particular, o cuidado e atenção com que Carin Isacson e Cristina Silva deram resposta às múltiplas solicitações que foram surgindo.

Agradecemos, ainda, ao Professor Doutor Manuel Meirinho, anterior Presidente do ISCSP, e ao Professor Doutor Ricardo Ramos Pinto, que atualmente preside ao Instituto, pelo incansável apoio que os serviços da Escola concederam à organização do Congresso e à produção de publicações que ilustram a qualidade dos trabalhos nele apresentados. Em particular, gostaríamos de destacar a pronta colaboração da Dra. Rute Manaia, da Dra. Antónia Vieira Pereira, do Mestre Jorge Martins, da Dra. Carla Correia, da Dra. Inês Pereira e do Mestre Henrique Pinto. Por último, a equipa agradece o inestimável contributo do Secretariado do CIEG, Doutoradas Clara Oliveira e Andreia Carvalho, para a concretização desta iniciativa.

INTRODUÇÃO

Esta obra reúne algumas das intervenções de oradoras e oradores convidados ao II Congresso Internacional do CIEG intitulado “Estudos de Género, Feministas e sobre as Mulheres: Reflexividade, Resistência e Ação”. Este evento científico, que decorreu de 24 a 26 de julho de 2019, reuniu cerca de 200 participantes e contou com uma forte presença internacional, o que permitiu vivos debates, reflexões aprofundadas e profícuos diálogos. À semelhança do que já tinha sido concretizado relativamente ao I Congresso Internacional, a publicação desta obra permite agora prolongar e ampliar estes diálogos e reflexões levando-os a um público mais vasto e contribuindo, deste modo, para o enriquecimento do campo científico dos estudos de género feministas e sobre as mulheres.

Desdobrando-se em 12 capítulos, organizados em quatro partes, o livro abre com os textos de três académicas dos estudos de género — Anália Torres, Sue Scott e Kátia Bessa — que traçam as problemáticas centrais do Congresso e desta obra sob o tema geral “Género, Conhecimento e Resistências”.

Anália Torres apresenta em detalhe a temática do Congresso, fundamentando as opções seguidas quanto aos tópicos abordados e à organização das mesas plenárias. No seu texto, elabora ainda uma aprofundada reflexão sobre as ameaças que pairam sobre esta área do saber científico, sobre as temáticas que desenvolve e, sobretudo, sobre os grupos mais vulneráveis e excluídos de que se

ocupa: pessoas LGBTQ+, trans, mulheres de grupos racializados, entre outros e outras. Mas a sua reflexão não deixa de apontar caminhos de resistência, que passam também pela investigação e pela produção do conhecimento, afinal as armas mais poderosas contra o medo, a ignorância e o preconceito.

Segue-se o texto de Sue Scott, que numa retrospectiva autobiográfica, aborda as transformações conceptuais de género. Constituindo género um conceito com uma história feminista e significados contestados no passado e novamente no presente, alerta para a necessidade de uma reconceptualização da relação entre mulher, feminismo e género, uma vez que género, enquanto construção social, está a ser reforçado por tensões sociais e pela falta de progresso no caminho da igualdade e justiça para as mulheres.

Por fim, Karla Bessa reflete sobre a área científica dos Estudos de Género, sobre Mulheres e Feministas no Brasil, através de uma retrospectiva da criação e institucionalização do Núcleo de Estudos de Género Pagu. Discute, assim, a capacidade deste campo de conhecimento para a insurreição num contexto social e político antidemocrático e com usos da retórica antifeminista e antigénero.

Sob o título “Direitos, Políticas e Resistências”, a segunda parte apresenta um conjunto de reflexões teóricas focadas sobre o lugar das lutas pela igualdade de género e das múltiplas formas de resistência face aos discursos antigénero que se vêm afirmando nas sociedades contemporâneas, marcadas por um contexto de ascensão dos populismos de direita e da direita radical.

Nesta segunda parte, o primeiro texto, de Lígia Amâncio, intitula-se “O Género em Tempos de Cólera”, e nele a autora reflete sobre as dificuldades que os Estudos de Género enfrentam atualmente, fornecendo algumas pistas para a compreensão da situação. Segundo a autora, estamos a assistir à recuperação de discursos antifeministas que emergiram nalguns pontos do globo nas décadas de 80 e 90 e que reificam a expressão de uma masculinidade hegemónica que hoje atravessa os discursos políticos e as práticas sociais. Alerta, assim, para a necessidade de “recuperar algum grau de consciência feminista e de identificação com os valores da justiça e da igualdade, para fazer face ao que constitui uma ameaça aos direitos humanos e às democracias nos dias de hoje”.

No capítulo seguinte, Irma Erlingsdóttir analisa o modo como os populismos de direita articulam a temática de género nas sociedades contemporâneas. A sua análise explora os discursos e políticas de género de diversos partidos populistas de direita europeus — na Hungria, França, Suécia, entre outros — e revela como eles têm procurado conciliar uma agenda social conservadora e natalista com

normas liberais para alargar a sua base eleitoral. A autora propõe uma estratégia de construção de coligações transversais entre feministas e outros setores da sociedade civil, como forma inovadora e alternativa de resistência, feminista e não só, face à crescente ameaça do projeto populista de direita e direita radical.

Em “Amor à Hierarquia: A Ascensão da Ideologia Antigénero”, Pedro Vasconcelos prossegue esta reflexão ao traçar a génese e desenvolvimento da ideologia antigénero, essa “nebulosa discursiva” que se traduz numa agenda contra a igualdade entre homens e mulheres e contra todas as lógicas emancipatórias daí decorrentes incluindo as reivindicações *queer* e *trans*. Analisando com detalhe os processos e estratégias utilizadas por organizações e movimentos políticos, que incluem alguns setores da Igreja Católica e Evangelista e partidos de direita radical e populista, o autor demonstra como através da ideologia antigénero se tem procurado anular e erradicar o Género-Campo, isto é, o espaço de discussão e luta política em torno das desigualdades de género e sexuais e os seus protagonistas.

Por último, num breve ensaio sobre “Direitos, Políticas e Debates na Construção da Justiça de Género: Pesquisar Também é Resistir”, Paula Campos Pinto questiona o lugar que o discurso dos direitos, as políticas públicas e as formas emergentes de resistência — das vozes que se opõem, assim como daquelas que se erguem para defender a igualdade de género — ocupam no quadro das mudanças sociais mais vastas das sociedades contemporâneas, caracterizadas pela ascensão de populismos de direita e da direita radical. O capítulo encerra com uma reflexão sobre o papel da academia nestas lutas por um mundo com mais justiça social.

A terceira parte do livro, intitulada “Identidades, Sexualidades e Ativismos”, reúne três capítulos que abordam temáticas relacionadas com questões identitárias das pessoas LGBTQI+ e com os seus ativismos, chamando igualmente a atenção para o papel que a academia pode aqui desempenhar.

O primeiro capítulo, da autoria de Sofia Aboim, António Fonseca e Filipa Godinho, debruça-se sobre as autodeclarações de género de pessoas transgénero e não-binárias, numa perspetiva de oposição clara a uma ideia de linearidade e normalização, que abdica de uma dimensão temporal essencial para a compreensão de possíveis mudanças e transformações identitárias ao longo do tempo.

Isabel Advirta assina o segundo capítulo desta secção. Capítulo em que analisa o movimento LGBTI no período entre 2002 e 2019, utilizando para tal a ILGA Portugal, e a forma como a associação comunicou — nas ruas, nos *media* e/ou em

campanhas — em alguns momentos da história política e social portuguesa. A especialista em comunicação observa o tom crescentemente assertivo e reivindicativo do movimento ao longo do caminho de conquistas dos direitos civis e sociais.

Eduarda Ferreira encerra esta parte com um capítulo também dedicado ao ativismo e às suas intersecções com a academia. A autora contesta a perspetiva segundo a qual o ativismo na academia está ligado à ideologia, a uma agenda política e ao radicalismo. A partir de uma análise das práticas académicas e da produção de conhecimento, a autora evidencia a forma como o poder instalado e sistémico na academia também ele é político e ideológico.

A quarta e última parte, “Desigualdades de Género nas Sociedades Contemporâneas”, inclui textos que analisam a produção e reprodução de relações de género em diferentes domínios, desde as migrações à arquitetura, passando pelas relações amorosas.

Joana Topa centra-se no estudo das migrações das mulheres, notando o desenvolvimento tardio de uma lente de género na análise dos fenómenos migratórios. A autora explora as potencialidades heurísticas da teoria da interseccionalidade nos estudos migratórios, salientando o carácter decisivo que a análise da interação entre género e outros eixos de desigualdade social tem para a compreensão da multiplicidade de vivências das mulheres migrantes na contemporaneidade.

Por sua vez, Patrícia Santos Pedrosa e Lia Gil Antunes refletem sobre os desafios subjacentes à produção de uma história feminista da arquitetura, tendo por base o trabalho desenvolvido no projeto *W@ARCH.PT – Women Architects in Portugal: Building Visibility, 1942-1986*. As autoras convocam o legado crítico das pesquisas históricas e geográficas feministas, no seu questionamento de categorias tradicionais de análise, foco na interseccionalidade e proposta de abordagens metodológicas mais equilibradas na relação entre quem estuda e quem participa nas investigações, para o desenvolvimento de uma história da arquitetura portuguesa em que as mulheres, na sua pluralidade, são protagonistas e em que se analisam os mecanismos que estão na origem da sua invisibilização.

Bernardo Coelho fecha o livro com um texto sobre as relações amorosas entre mulheres prostitutas acompanhantes e homens clientes. A partir da noção de prostituição imaginativa, o autor questiona a visão dominante da prostituição e dos agentes que a protagonizam, investigando a densidade das relações amorosas que se desenvolvem nesse contexto. Como o autor mostra, essa densidade é feita de diferentes lógicas de romantização e dinâmicas relacionais, sendo modelada

pelas condições sociais de existência e pela mobilização de diferentes capitais pelos intervenientes.

Os contributos reunidos neste volume atestam a vitalidade e diversidade dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres, mas também as resistências com que se deparam em diferentes latitudes. Os Congressos Internacionais do CIEG têm sido palco para uma reflexão coletiva plural que fortifica e contribui para a afirmação desta área do conhecimento científico. É por isso que, a cada Congresso Internacional, se renova a energia e o desejo de regressar em breve.

Os nomes do género: percursos de construção identitária de pessoas transgénero¹

Sofia Aboim, ICS-ULisboa

António Fonseca, ICS-ULisboa

Filipa Godinho, ICS-ULisboa

Introdução: ‘O que está num nome?’

Na intemporal peça de William Shakespeare, *Romeu e Julieta*, a heroína interroga, ‘*O que está num nome?*’, para de imediato responder, ‘*O que chamamos de rosa, por qualquer outro nome teria o mesmo doce aroma.*’ Até hoje, a famosa frase de Shakespeare é comumente utilizada para argumentar que é mais importante a coisa nomeada do que o nome em si mesmo, que a essência de algo permanece inalterada mesmo que seja designada de modo alternativo. Romeu seria afinal sempre Romeu mesmo que o seu apelido não fosse Montecchio. Porém, Shakespeare não estava sempre certo.

As lições do estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure (2000 [1916]) haviam sido bem claras, na declaração de que o significante (o nome, o vocábulo) determina o significado (a coisa, o conceito da coisa em si). Porém, com a crítica pós-estruturalista, significante e significado, habitualmente duas faces da mesma moeda (o signo), deixam de ter uma relação de linear correspondência. Para Jacques Derrida (1978), a noção de uma relação direta entre significante e significado não é sequer sustentável. Ao invés, seriam potencialmente infinitas as mudanças de significado continuamente

¹ Este texto foi desenvolvido com o apoio do projecto de investigação *TRANSRIGHTS: Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC Grant Agreement n° 615594), e coordenado por Sofia Aboim. O projeto reflete apenas as perspetivas dos autores e a União Europeia não pode ser considerada responsável por qualquer uso da informação veiculada.

retransmitidas de um significante (um nome) para outro. Em linha com as premissas pós-estruturalistas, Derrida enfatizava assim o poder enunciativo do discurso na construção da realidade. Como também frisou J. L. Austin (1972), fazemos afinal as coisas através das palavras.

A viragem discursiva de Derrida e Foucault a Judith Butler teve o mérito de desconstruir qualquer visão essencialista do género como reflexo imediato, ainda que culturalmente mediado, de uma realidade biológica binária em que o sexo masculino se oporia ao sexo feminino. Como teoriza Butler, o sexo em si é já uma construção social, devido às formas como os valores e as práticas culturais se inter-relacionam com a biologia ‘natural’, e assim inerentemente constroem a classificação dos corpos enquanto masculinos ou femininos. Butler (1990: 11) escreve que o género: “...não é para a cultura como o sexo é para a natureza; género é também o meio discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’, um ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, ‘anterior à cultura’”. O género surge assim mais como resultado de uma enunciação discursiva produtora de diferença (a “différance” de Derrida, 1982), do que como uma realidade material em si mesma. Neste sentido, nomear o género constitui uma prática discursiva que tanto teve o poder de instaurar um sistema binário como a possibilidade de transgredir os dualismos instituídos e reconstruir o género como um sistema múltiplo, onde se encaixam mais do que os vocábulos homem e mulher, masculino e feminino, macho e fêmea. É por isso que, na sua abordagem da performatividade, Butler elege as pessoas transgénero enquanto grandes protagonistas de atos discursivos, cujos enunciados performativos são capazes de alterar a própria realidade que descrevem e contestam. Um desses atos fundacionais é, sem dúvida, aquele em que a pessoa se autodefine, auto-enuncia o seu género através de certas palavras.

Com efeito, a pluralidade albergada por debaixo do chapéu de chuva transgénero ou trans tem sido abundantemente pesquisada e mapeada (e.g. vejam-se os contributos de Ekins e King 2006, Stryker e Whittle 2006, Hines e Sanger 2012, Brubaker 2016, Halberstam 2018, Pearce et al. 2019, entre muitos outros), mostrando a multiplicação cada vez maior de possibilidades para fazer o género. Em Portugal, a tendência de multiplicação das auto-designações de género é igualmente visível, como demonstram Saleiro (2013), Merlini (2019) ou Aboim e Vasconcelos (2020), entre outros.

Em geral, nota-se a emergência e consolidação de um paradigma da diferença por oposição ao modelo linear de transição de um para o outro género, em conformidade com o cânone biomédico da transsexualidade (Meyerowitz 2002). A figura do transsexual para quem identidade, nome e corpo estariam em congruência (Pilcher 2016) contrapõe-se ao modelo não-binário, em que masculino e feminino deixam de ser categorias mutuamente exclusivas ou perdem mesmo o significado (e.g. Valentine 2007, Cronn-Mills 2014, Corwin 2017, Darwin 2017, Zowie 2018). A diversidade encontrada nos mais diferentes cantos do globo é significativa, ainda que se mantenham semelhantes alguns padrões que opõem a transição de género, entendida como migração de um polo para outro, a modelos que pretendem hibridizar ou transcender os binários de género. Neste sentido, *o que está num nome* (aquele que cada pessoa dá a si mesma) tem efetivamente um poder enunciativo capaz de alterar o significado dos esquemas conceptuais com que interpretamos o género (e.g. Livia e Hall 1997, Phibbs 2001, Eckert 2016, Cloud 2018), ainda que tais processos de reconhecimento (do nome e género que cada pessoa pode escolher para si) sejam quase sempre fragmentados e incompletos (Aboim, 2020).

Num contexto em que as palavras têm um peso fundamental na auto-declaração do género, importa começar por elas e saber o que nos dizem as pessoas. Assim, num primeiro momento da nossa análise, descrevemos as identificações de género de quarenta

peças transgénero e não-binárias que entrevistámos em Portugal entre 2015 e 2018. Contudo, ainda que o momento descritivo seja fundamental para destrinçar diferentes formas de identificação de género e saber como cada pessoa expressa a sua identidade, não deixa de ser insuficiente. É preciso saber igualmente como muda a identidade ao longo do tempo, temática que tem sido comparativamente negligenciada em favor de recortes sincrónicos da multiplicidade identitária. Os modelos diacrónicos encaixam-se frequentemente em paradigmas e teorias vindas da psicologia e da psiquiatria que pretendem dar conta de padrões de desenvolvimento identitário entre pessoas transsexuais e transgénero (e.g. Levitt e Ippolito 2014).

Continua-se, portanto, frequentemente, a descrever a transição de género ao abrigo de um imaginário da linearidade e até de uma certa normalização, abdicando de uma necessária dimensão temporal. Porém, as transições estão longe de ser lineares e organizadas ao compasso de etapas de descoberta e afirmação isentas de contradições e mudanças. O reconhecimento de si como pessoa transgénero ou não-binária é, antes e frequentemente, marcado por contradições, avanços e recuos, mudanças de perceção e identificação. O nome que se escolhe para si próprio e através do qual se interpreta a diferença por relação às normas de género hegemónicas – binárias e cis-normativas² – pode mudar ao longo do tempo, o que não raras vezes sucede. Afinal, entre as pessoas participantes da pesquisa raríssimos foram os casos em que uma designação chegou para que uma identidade fosse enunciada. Mapear todos os termos utilizados pelas pessoas entrevistadas para descrever e afirmar a sua identidade de género é, pois, o nosso primeiro objetivo. Mais do que uma mera descrição, procuramos encontrar, de modo indutivo e sempre de “baixo para cima”, as semânticas da auto-descrição identitária (para usar o

² Os termos cisgénero ou cissexual são usados para se referir a indivíduos cuja identidade de género coincide com o sexo/género que lhes foi atribuído à nascença. O termo cisgénero veio substituir a noção hoje claramente pejorativa de “normais de género”, comumente usada nas ciências sociais desde Garfinkel (1967).

termo de Roy Harris, 1967) através das quais os indivíduos recriam tanto a sua singularidade como a sua afinidade com formações discursivas mais alargadas. Formações em que os termos de cada um vão adquirindo sentido através da relação que estabelecem com outros termos, num aparente sistema de dispersão, como anunciava a conhecida definição de Michel Foucault (1969). Propomos então que a construção subjetiva de uma identidade de género se ancora em regimes discursivos diferenciados. Novamente seguindo Foucault, lembramos que cada regime discursivo é acima de tudo um regime de verdade, uma instância regulatória em que a díade poder-saber se ativa e ganha visibilidade (Foucault 1979).

Porém, sendo certo que o esquema teórico de Foucault se ajusta melhor à análise de processos em que regimes discursivos (ou de verdade) granjearam sucesso (nomeadamente, os doentes ou os internados em asilos mentais), este modelo pode ser menos eficaz para analisar processos de resistência ao poder dos quais não é possível arrancar a subjetividade e a agência criativa. Com efeito, pela ambiguidade do sujeito Foucaultiano ser grande, e sem negarmos a utilidade deste modelo, que é aqui o nosso ponto de partida, concordamos que dificilmente poderá ser um catalisador de uma resistência nomeada e tangível (Haber 1994: 111). Afinal, para Foucault (1980: 142), codificar a resistência é, antes de mais, destruir a sua possibilidade. Em face da necessidade de trazer o sujeito para o centro da análise, pensamos que cada regime discursivo (como as partes de uma formação maior) é reconstruído através de práticas discursivas, que definimos como narrativas, seguindo as contribuições da escola interacionista, de Goffman a Plummer (Plummer 1995). São afinal as pessoas quem profere as palavras. A tradição de análise narrativa tem sido fundamental para o desenvolvimento de uma sociologia do transgénero preocupada em enunciar a diversidade albergada em baixo de qualquer termo chapéu de chuva, como trans ou

transgênero (Kessler e McKenna 2000, Denny 2007). E é esse também um dos nossos objetivos.

Porém, num segundo momento da análise, procuramos fugir de uma perspectiva estática e, substituindo a fotografia pelo filme narrativo, reconstituimos os percursos de identificação dos indivíduos ao longo do tempo. Mau grado o pendor necessariamente narrativo da investigação sobre pessoas e vidas transgênero e de gênero não-binário, sabe-se ainda pouco sobre a temporalidade dessas narrativas. Visamos assim contribuir para compreender a dimensão temporal da identidade trans (e também da identidade em geral). Articulando agência e relações de poder (e.g. MacNay 1999), propomos que a autoafirmação da identidade se faz, antes de mais, através da linguagem. Uma linguagem simultaneamente construtiva e feita de agência, mas também condicionada pelos léxicos disponíveis e institucionalmente legitimados (Zimman 2019). No entanto, todo e qualquer uso de linguagem socialmente significativa encerra em si um potencial de ressignificação, que altera a relação entre linguagem e estrutura social, assim abrindo a possibilidade de surgirem novas posições e relações de identidade (Silverstein 2003, Eckert 2008).

Nas páginas que se seguem, começamos por mapear os termos utilizados pelos participantes na sua auto-descrição identitária, identificando as grandes semânticas da identidade de gênero. Numa segunda etapa, identificamos os principais percursos de nomeação encontrados entre os participantes entrevistados. Para isso, identificamos as formas de designação da diferença de gênero sentida na primeira pessoa, reconstruindo os nomes que ao longo do tempo se vai dando ao gênero. Afinal para uma grande parte dos participantes uma única designação não foi suficiente. Pelo contrário, a multiplicidade das designações, dos nomes usados para expressar o gênero que se sente, foi muito frequente.

1. As semânticas identitárias do género

Em Portugal, ao longo de vários anos, entrevistámos pessoas trans³ com identidades e histórias de vida muito diversificadas. Quarenta dessas pessoas estão aqui representadas através das palavras com que nos contaram qual é o seu género, qual é a sua identidade. As suas idades variam entre 18 e 60 anos. A sua escolaridade distribui-se entre o nível básico e o ensino superior pós-graduado. Algumas mudaram os corpos e os documentos legais, outras ainda não o fizeram ou nem sequer o desejam fazer. A amostra que passo a passo fomos contruindo é de conveniência (Givens 2008).⁴ Nunca pretendeu representar estatisticamente a população transgénero (nem o podia fazer por tratar-se de uma população tantas vezes escondida), mas tentar tornar visível a diversidade interna albergada debaixo do chapéu-de-chuva trans ou transgénero, respeitando a autodefinição de cada participante. Eticamente, entendemos que mais do que ninguém, as pessoas sabem quem são.

Metodológica e operativamente desmontar a categoria trans ou transgénero a fim de encontrarmos diferentes subjetividades e histórias de vida constituiu um enorme desafio. Pela sua ampla diversidade, a categoria transgénero tem limites e divisões internas difíceis de estabelecer (Wilton 2000). Portanto, em vez de definir *a priori* todas as subcategorias que podiam ser acomodadas sob a designação de transgénero, não estabelecemos quaisquer limites, antes procurando descobrir as diferentes vozes trans (a

³ Entendemos o conceito “Trans” como um termo provisório para designar aqueles que, de diversas formas, desafiam a naturalidade do género como emanando da codificação sexuada dos corpos, sejam transexuais (de homem para mulher e de mulher para homem), transgénero, travestis, *crossdressers* ou qualquer outra forma de variação de género, tais como, agénero, não-binária, genderfluid, andrógina, entre outras designações. Para uma panorâmica geral, ver Stryker (2008) ou Valentine (2007).

⁴ Os participantes foram recrutados por vários meios (contactos pessoais, participação em eventos, redes associadas a organizações de direitos trans) e foi utilizado um método “bola de neve”. As entrevistas foram realizadas em vários locais sempre escolhidos pelos participantes e duraram entre uma a quatro horas, seguindo os protocolos associados a uma abordagem qualitativa semiestruturada. De acordo com o nosso protocolo ético, todos os participantes receberam informações pormenorizadas e estavam cientes de que a sua participação voluntária poderia ser retirada a qualquer momento. Os termos de confidencialidade e utilização da informação recolhida na entrevista foram explicados, ficando claro que os resultados seriam comunicados de tal forma que nenhum indivíduo seria identificável.

fim de comparar criticamente as reais autodefinições com as categorias institucionalizadas). Todas estas categorias (transexual, não-binário, genderqueer, two-spirit, crossdresser ou travesti, entre outras) só podem ser apreendidas de um ângulo que permita distinguir entre múltiplas situações automeação. Logo, ainda que seja difícil destrinçar significante e significado, ou reinterpretar afirmações individuais, operamos neste momento com o princípio pós-estruturalista de que as palavras ganham vida própria, fazendo elas (pelo menos em parte) as coisas, como referia J. L. Austin.

Quadro 1
Número de termos utilizados para descrever a identificação de género

	n	%
1 termo	5	12,5
2 termos	12	30,0
3 termos	10	25,0
4 termos	6	15,0
5 termos	4	10,0
6 ou mais	3	7,5
Total de participantes	40	100,0

A forma como as pessoas descrevem a sua própria identidade era assim tema central da entrevista. A cada participante foi pedido que descrevesse a sua identidade de género no momento da entrevista e ao longo da vida. Na nossa análise centramo-nos nas narrativas identitárias elaboradas a partir do momento, também ele autodefinido, de descoberta de si como pessoa trans, de género não-binário ou não-conforme aos padrões hegemónicos. Na esmagadora maioria dos casos, mesmo no tempo presente, vários termos são usados simultaneamente. Em geral, 40 participantes utilizaram 121 termos diferentes para autodescreverem a sua identificação de género: em média cada pessoa utilizou três termos para se definir. Mais de metade dos participantes (22) usaram 2 ou 3 termos para descrever a sua identidade de género, mas 13 indivíduos usaram 4 ou mais termos (2 usaram mesmo 7 termos diferentes). Com efeito, a pluralidade de nomes para dizer o género é profundamente significativa, indicando quão relevante é a

individualização do sentimento subjetivo de si. Além da população transgénero, para quem os nomes e os percursos se tornam mais individualizados, a tendência é geral, indiciando, como apontou Chodorow (2012), profundas mudanças ao nível da sexualidade e do género.

Contudo, apesar da diversidade e singularidade visível nos atos de autonegação, sabíamos que as formas de dissociação face às normas hegemónicas de género seguem algumas linhas distintas. Por isso, sempre que as palavras indicam claramente uma direção, distinguimos, desde logo, entre termos que remetem para uma semântica da transição entre polos do binário homem/mulher e termos associados a uma semântica além do binário (veja-se igualmente o estudo de Lund, 2012). O modelo biomédico da transsexualidade codificado por Harry Benjamin (1966)⁵ pressupõe um modelo migratório, para usar a terminologia proposta por Ekins e King (1996). Idealmente, as pessoas transsexuais, sejam de homem para mulher (MtF) ou de mulher para homem (FtM) pretendem migrar de um polo da dualidade de género para o outro, frequentemente com recurso a procedimentos médicos e cirúrgicos de alteração do corpo, incluindo a genitália. A metáfora do *corpo errado* e as categorias medicalizadas de normal e patológico estão comumente associadas a este regime discursivo, uma articulação nem sempre verdadeira, mas que responde pela maior invisibilidade da transsexualidade, como argumenta Viviane Namaste (2000) quando o lema é transgredir as barreiras de género e destruir as bases da ortodoxia binária. Na nossa amostra, quase metade dos 121 termos usados (quadros 2 e 3) encaixam-se numa semântica da transição, seja ela migratória (com

⁵ Em 1923, Hirschfeld havia cunhado o termo (alemão) “Transsexualismus”, a partir do qual David Oliver Cauldwell introduziria na língua inglesa o termo “transsexual” em 1949 e 1950. Em 1969, Harry Benjamin afirmou, por seu lado, ter sido o primeiro a usar o termo “transsexual” numa palestra pública, de dezembro de 1953. Benjamin popularizou o termo no seu livro de 1966, *O Fenómeno Transsexual*, ao classificar as pessoas transsexuais através de uma escala (mais tarde chamada de “escala Benjamin”) com três níveis de intensidade: “Transsexual (não cirúrgico)”, “Transsexual (intensidade moderada)” e “Transsexual (alta intensidade)”.

termos como homem, mulher ou transsexual) ou de aproximação relativa ao primeiro modelo (usando termos como mulher trans ou homem trans).

Em contraste, menos palavras (47 termos) enunciam uma definição de si além dos limites binários do género, não obstante o largo espectro da variação encontrada. Além do binário, as formas de narrar a identidade são efetivamente mais plurais, sendo difícil descortinar um único regime discursivo. Pelo contrário, modos de ser não-binários, expressos por palavras nascidas do ativismo *queer* e não-binário (veja-se o trabalho de Merlini 2019) e da vontade de transgredir a dualidade masculino-feminino expressam-se com recurso a múltiplos termos, remetam eles para categorias de hibridismo e convivência entre masculino e feminino (como andrógino ou intergénero) ou para modos alternativos de construir o género (como terrorista, outro género ou mesmo *batata*).

A semântica politizada do ativismo não-binário compõe-se de muitos termos aos quais se vão adicionando outros tantos em número crescente e indefinido, em gestos que pretendem tanto invalidar as categorias binárias institucionalizadas do género como frisar o carácter individualizado e subjetivo da identidade de género enquanto traço pessoal incompatível com interpretações biologicistas. Porém, existem outras semânticas de género além do binário. Na nossa amostra, encontramos discursos conformes a léxicos do chamado terceiro-género (como travesti, two-spirit ou kathoey)⁶ ou termos associados ao transformismo (como *crossdresser* ou *transvestite*). Apesar de os termos *crossdresser*, *transvestite* e *travesti* resultarem da ressignificação de termos biomédicos (como o travestismo que Magnus Hirschfeld desenvolve em *Die Transvestiten*, 1925), as suas fronteiras são difusas e as suas definições plurais. Como notam Bullough e Bullough

⁶ Dentro de culturas não-ocidentais, indivíduos de grupos como a Berdache na América do Norte, a Kathoey na Tailândia, a Fa'afafine em Samoa, Hijra na Índia, Paquistão ou Bangladesh, entre outros, são por vezes considerados como incluindo um terceiro género, ou seja, identidades de género que não se enquadram exclusivamente nas categorias homem/mulher ou mulher/feminino. Eles podem ou não identificar-se como transgénero ou não-binário. Na verdade, não-binário é um termo guarda-chuva mais comum no Ocidente. Para uma visão geral, ver Darwin, 2017.

(1993), o desenvolvimento do *travestimento* constitui sobretudo um fenómeno implicado nas mudanças das relações de género ao longo do século passado. As fronteiras entre masculinidade e feminilidade estão hoje menos definidas, mesmo entre homens e mulheres heterossexuais (Bloom 2002). Aliás, a própria categoria travesti (veja-se o trabalho de Kullick, 1998, para a realidade Brasileira) é bastante indefinida; ela pode ser o produto de uma identificação voluntária, normalmente em função de performances de vaudeville ou sobretudo de realização de trabalho sexual para a sobrevivência financeira (Borba e Ostermann 2007). Os debates em torno da masculinidade feminina ou da feminização dos homens são nesse sentido exemplares, pois emergem de mudanças que, de uma forma ou de outra, desafiam os binários de género. Em todo o caso, o género faz-se de diferentes maneiras, o que exige novas perspetivas e ferramentas mais afinadas para compreender as práticas e os discursos individuais para além da codificação binária de género.

Em suma, os indivíduos não estão confinados a um rótulo, mas podem viver na intersecção de várias categorias. Categorias estas que não são estáveis nem semelhantes ao longo da história, nações e culturas. Tal consciência é da maior importância quando interpretamos formas não ocidentais de categorização, muitas vezes expressas por participantes migrantes, como sucedeu na nossa investigação. Um exemplo seriam os *kathoeyes* ou os *hijras* do sul da Ásia (Nanda 1990), que são hoje considerados (mesmo em termos institucionais e legais) como uma espécie de “terceiro género”. Alguns termos utilizados pelas pessoas que em Portugal foram entrevistadas pertencem a este léxico, habitualmente associados a histórias de migração para o contexto Europeu.

Quadro 2
Semânticas da identidade de género

		n	%
Transição	Migração	53	43,8
	Aproximação	6	5,0
	<i>Sub-total</i>	59	48,8
Chapéu de Chuva	Trans-identitária	15	12,4
Além do binário	Não binária	11	9,1
	Hibridismo	15	12,4
	Alternativa	4	3,3
	Terceiro-género	10	8,3
	Transformismo	7	5,8
	<i>Sub-total</i>	47	38,9
Total		121	100,0

Quadro 3
Autoidentificações de género: termos utilizados

			n	
Transição	Migração	Mulher	19	
		Homem	10	
		Rapariga	2	
		Senhora	1	
		Homem transsexual	5	
		Transsexual	10	
		FtM	2	
		Masculino	3	
		Aproximação	Mulher Trans	1
			Homem trans	3
Trans feminina	1			
Trans masculino	1			
T-Girl	1			
Chapéu de Chuva	Trans-identitária	Transgénero	11	
		Trans	4	
Além do binário	Não binária	Não binário	4	
		Queer	3	
		Genderqueer	4	
	Hibridismo	Genderfluid	4	
		Intergénero	1	
		Bigénero	2	
		Andrógina	3	
		Híbrido	1	
		Misto	1	
		Homem Feminino	1	
	Bicha, gay	2		
	Alternativa	Outro género	1	
		Terrorista do género	1	
		FtX	1	
Uma batata		1		
Terceiro-género	Travesti	6		
	Two-spirit	2		
	Kathoey	1		
Transformismo	Three-spirit	1		
	Tranvestite	1		
	Crossdresser	6		
Total			121	

Finalmente, alguns termos (12,4 %) são claramente trans-identitários. A pessoa diz ser transgénero ou simplesmente trans, apoiando-se nestes termos guarda-chuva, habitualmente mobilizados para desafiar a narrativa biomédica da transsexualidade. Na verdade, transgénero não foi utilizado até 1971, e trans apenas surgiu em 1996 (Docter 2004). Transgénero é, como tal, uma definição abrangente, referindo-se quer a uma categoria ampla, quer a uma identidade específica. Seja em que sentido for, o termo transgénero representa precisamente uma forma de escapar do controlo médico e de afirmar a autodeterminação da identidade trans, princípio hoje legitimado pelas mudanças legislativas operadas em Portugal, com a aprovação de uma nova lei da identidade de género em 2018 (Aboim 2020).⁷

Com efeito, frequentemente se opõe léxico da transsexualidade, enquanto construção biomédica de um desvio patológico, a termos emanados da contestação dos modelos binários dominantes. Neste processo percebemos que linguagens da afirmação trans-identitária ou da diferença e da multiplicidade além do binário emergem como resultados de lutas pela ressignificação, quando não mesmo a reinvenção, de categorias linguísticas. Porém, ao carácter coletivo destas lutas simbólicas (Bourdieu 1991), junta-se ainda a significação individual, que aqui analisámos através dos termos usados pelas pessoas trans que entrevistámos em Portugal. Indubitavelmente, a realidade é sempre mais complexa dos que os modelos normativos mais ou menos rigidamente propõem. As palavras permanentemente apropriadas pelos indivíduos, que ao adotá-las também as tornam suas, mostram afinal mais nuances e hibridismos simbólicos do que seria de

⁷ Em 2018 foi aprovada a Lei 38/2018 de 7 de Agosto. Com esta lei, Portugal tornou-se o décimo primeiro país do mundo a impor um procedimento legal de reconhecimento da identidade de género baseado na autodeterminação, que permite a separação entre os protocolos médicos e os direitos legais. Os indivíduos passaram a ter o direito de escolher o seu próprio género sem necessidade um diagnóstico médico de disforia de género. Ou seja, segundo o DSM-5, trata-se do ‘desconforto que pode acompanhar a incongruência entre o género experienciado ou sentido e o género atribuído à nascença’ (APA, 2013:451).

pressupor. Na esmagadora maioria dos casos a auto-descrição identitária ultrapassa os limites de significação de uma única categoria e faz recurso a uma matriz semântica, em que vários termos são combinados.

Na secção que se segue, analisamos a forma como cada pessoa entrevistada foi nomeando o género ao longo da sua trajetória de vida.

2. O género nomeado ao longo da vida: hibridismos semânticos

No quadro 4 mapeamos, para cada uma das 40 pessoas entrevistadas em Portugal, todas as configurações semânticas da sua identidade. Ou seja, mostramos a que semânticas pertencem os vários termos que utilizaram para descreverem a identidade de género que sentem ser a sua desde que passaram a assumir-se como “diferentes” para si mesmas, seja como transsexual, transgénero, *genderqueer* ou outra coisa. A já extensa investigação sobre a diversidade transgénero tem-nos mostrado que ao abrigo desta categoria chapéu-de-chuva se alberga uma grande diversidade de identificações e vivências do género. A pesquisa feita em Portugal não constitui exceção a esta regra. A nossa investigação reitera aliás tendências já inequivocamente demonstradas. No entanto, a perspetiva diacrónica que mobilizámos, mostrou matizes ainda pouco explorados pela sociologia do transgénero. Ao invés de linhas divisórias entre o “modelo de transição” e o “modelo além do binário”, que oporiam a figura do transsexual em percurso migratório à vontade de transcender qualquer norma binária de género, encontramos uma grande mistura semântica nos discursos das pessoas entrevistadas.⁸

⁸ Tendências muito semelhantes foram encontradas em outros países. No âmbito da nossa investigação tivemos oportunidade de comparar Portugal com o Reino Unido, a França, a Holanda e a Suécia, países em que idênticas “misturas semânticas” se verificam. Em todos os casos pelo menos um quarto das amostras entrevistadas aliam termos associados à transição de género a categorias que pretendem ultrapassar os limites do binarismo de género.

Quadro 4
Autoidentificações de género ao longo da vida

					n	%	
Transição (sub-total)						14	35,0
Migração					13	32,5	
Migração	Aproximação				1	2,5	
Transição e trans-identitária (sub-total)						5	12,5
Migração	Trans-identitária				4	10,0	
Migração	Aproximação	Trans-identitária			1	2,5	
Transição e além do binário (sub-total)						11	27,5
Migração	Terceiro-género				2	5,0	
Migração	Transformismo				2	5,0	
Migração	Aproximação	Hibridismo			1	2,5	
Migração	Hibridismo	Não binária			1	2,5	
Migração	Hibridismo	Terceiro-género			1	2,5	
Migração	Não binária	Terceiro-género	Transformismo		1	2,5	
Migração	Aproximação	Não binária	Hibridismo	Alternativa	1	2,5	
Aproximação	Não binária				1	2,5	
Aproximação	Não binária	Hibridismo			1	2,5	
Transição, trans-identitária e além do binário (sub-total)						7	17,5
Migração	Trans-identitária	Não binária			1	2,5	
Migração	Trans-identitária	Transformismo			1	2,5	
Migração	Trans-identitária	Terceiro-género			1	2,5	
Migração	Trans-identitária	Alternativa			1	2,5	
Migração	Trans-identitária	Hibridismo	Terceiro-género		1	2,5	
Aproximação	Trans-identitária	Hibridismo			1	2,5	
Aproximação	Trans-identitária	Hibridismo	Terceiro-género	Transformismo	1	2,5	
Trans-identitária e além do binário (sub-total)						3	7,5
Trans-identitária	Não binária	Hibridismo	Alternativa		1	2,5	
Trans-identitária	Não binária	Hibridismo	Terceiro-género		1	2,5	
Trans-identitária	Hibridismo	Terceiro-género	Transformismo		1	2,5	
Total						40	100,0

É certo que a análise caso a caso, mostra bem o carácter individualizado da identidade de género que se conta por palavras. Afinal, a forma singular como se mobilizam e misturam os termos utilizados engendra combinações frequentemente irrepetíveis: 40 pessoas utilizaram 23 combinações de termos pertencentes a diferentes semânticas. Na verdade, só as 14 pessoas que se restringiram a termos associados à semântica da transição (seja por migração ou aproximação) têm respostas mais uniformizadas. Ao contrário, 45% dos indivíduos misturam uma semântica da transição com uma semântica além do binário. Demonstra-se assim que, ao longo da jornada, as gramáticas identitárias estão longe de pertencer ao léxico de um único regime discursivo. Nas vidas reais, as palavras aparecem emaranhadas em combinações que desafiam leituras unidimensionais. Os

termos da migração de género aparecem afinal muitas vezes associados à afirmação além do binário de género. Pouquíssimos são aliás os casos (apenas 3) em que os termos da semântica da transição estão completamente ausentes.

Sem dúvida, os percursos da nomeação que mapeámos mostram maior complexidade do que por vezes é retratada. Não só o chapéu de chuva trans abriga muitas expressões diferentes, como na mesma pessoa se alberga uma variedade considerável de termos identitários. Na estória contada de cada pessoa, transição e transcendência constituem, interessantemente, dinâmicas mais interligadas do que opostas. Em parte porque os binários de género são dominantes e ir além deles é empreitada difícil, mesmo quando nos restringimos a práticas discursivas. Noutra parte porque a narrativa de um dado sujeito sempre recria, pela apropriação subjetiva, os termos coletivos dos regimes discursivos. Neste sentido, necessitamos tanto das narrativas individualizadas, seguindo as perspetivas interaccionistas (Plummer 1996), como de entender a ordem social do discurso, com os seus regimes e as suas lutas, seguindo a linha proposta por Foucault.

3. Os percursos de nomeação contados na primeira pessoa

Para melhor compreender o *mix* semântico entre *expressões de transição* e *termos além do binário* é necessário fazer um zoom analítico e contar as estórias das pessoas. Centramo-nos assim em particular em dois casos exemplificativos desta mistura.

No caso de Lé (23 anos, português, estudante e trabalhador num bar), a forma como identifica o seu género foi-se alterando ao longo do tempo. Durante bastante tempo, a sua foi uma semântica além do binário. Ainda é, mas no presente Lé busca igualmente palavras que o aproximam do polo masculino e enunciam a metáfora (cada vez mais real nas suas práticas) da transição.

Na verdade, o percurso de Lé tem pouco de linear e mostra bem a convivência, por vezes difícil e conflituosa, entre modelos de género binário, em que se é homem ou mulher, e modelos que procuram ultrapassar esse dualismo arquetípico. Lé conta-nos que desde muito cedo era percebido como sendo diferente e ‘estranho’, tanto pela família como por colegas. E era assim que desde cedo se sentia. Nunca se deu bem com rótulos (nunca se considerou uma maria-razaz) e tinha dificuldades em enquadrar-se e identificar-se com as pessoas à sua volta. Por isso, aos 17 anos começa a ponderar a possibilidade de ser trans e, como refere, a querer “*experimentar uma nova identidade*”. O processo de descoberta e experimentação fez-se, na altura, de avanços e recuos, mas desde logo percebeu que a sua experiência não se enquadrava no léxico binário da transsexualidade. Foram, na verdade, as primeiras pessoas trans que contactou – cujos percursos eram binários – que alertaram Lé para o quanto a sua experiência diferia da delas. A partir daí, foi através das redes sociais que Lé encontrou pela primeira vez informação sobre géneros não-binários. Descobrimo finalmente a semântica da sua auto-descrição (para usar o conceito de Harris, 1967), Lé usa as redes sociais para estabelecer contactos de sociabilidade e ativismo que o ajudam a conhecer mais pessoas com experiências não-binárias, a explorar o seu género e a sentir-se integrado. Como refere:

Eu conheci dois homens trans, antes, quando fiz o coming out, com uma história transsexual muito binária. Aliás, o primeiro foi o primeiro que me disse: “Ah, não! Mas tu não podes ser transsexual porque tu não tens uma história binária!” E então eu disse-lhe: “Então não sou transsexual! Ok, não sou transsexual. (...) Portanto, o Lucas eu acabei por conhecer (...) e foi ele que foi falar comigo a dizer: “Eu sinto-me genderqueer.” E eu “Ok, tudo bem. Eu também!”

É neste contexto de interação que Lé começa a identificar-se como *gender-fluid*, identificação que manteve durante dois anos. Conta-nos Lé:

Eu já me identifiquei como gender-fluid. Havia momentos em que eu me sentia mulher e havia momentos em que eu me sentia homem. Não tinha necessariamente a ver com a expressão de género, como eu me vestia, mas simplesmente como eu me sentia e como eu desejava ser tratado – por “ele” ou por “ela” (...) mas eu nunca fui mulher, porque eu nunca sinto que tenha adotado para mim – a não ser nos momentos em que era gender-fluid – a categoria mulher ou a categoria homem.

No entanto, esta identificação exigia uma negociação constante entre a sua procura de autenticidade (e experimentação do género) e a necessidade de reconhecimento social e integração que sempre sentiu (e de não ser discriminado). Sentiu-se muito isolado e incompreendido como *gender-fluid* e acabou por optar por um tratamento no masculino para ser mais reconhecido e aceite. Em face das dificuldades enfrentadas, aos 19 anos, a necessidade de reconhecimento no masculino acabou por suplantar a procura absoluta de autenticidade e, embora não concordasse com a necessidade de intervenção médica no corpo e menos ainda com a visão biomédica do fenómeno trans, começou a tomar testosterona de forma autónoma. No presente, considera a possibilidade de realizar uma mastectomia, ainda que se sinta bem com o corpo modificado pela testosterona. Para se proteger, Lé passou a revelar a sua identificação trans apenas em contextos de ativismo. Acerca deste percurso, Lé esclarece:

Vivi sempre numa sociedade em que o género não binário não era propriamente reconhecível. Tentei “x” durante muito tempo, géneros não binários e simplesmente chegou a um momento em que a discriminação

era tanta e ninguém me ouvia, que eu, por enquanto, é tipo: prefiro “ele” (...). Homem “trans” sim, ou seja, identifico-me mais como FtM, no sentido em que é mais um processo, é... Ok, eu não me sinto como “homem transsexual”, sinto-me mais facilmente como homem “trans” no sentido... Para mim dizer “homem”, há dias em que é um bocadinho desconfortável...

As pressões normativas para a conformidade levaram Lé a adotar uma performance masculina mais facilmente legível pelos outros. Porém, essa experiência, ao ser incorporada e corporalizada, foi também moldando o habitus gênero de Lé, que nos diz:

No início, a testosterona, eu pensei: “Eu vou tomar testosterona até ficar andrógino.” (...) E depois foi um bocado... Eu até estou a gostar porque é uma espécie de segunda adolescência, é... Sei lá! Está a crescer um pelo e... É engraçado, porque por um lado eu sinto que me livrei de muitas coisas.... É uma construção diária.

Igualmente demonstrando a cumplicidade biográfica e semântica entre modelos de transição e modelos além do binário, mas de modo inverso ao de Lé, o percurso de nomeação de gênero de Noa (58 anos, ensino secundário, desempregado), fez-se de uma semântica da transição para uma de não-binarismo. Durante muitos anos Noa reprimiu o sentimento de diferença e deslocação que o assolava. Chegou a ter filhos e a casar e assim viveu durante muitos anos, gerindo as “ondas” que ia sentindo. Apenas quando já não conseguiu mais autorreprimir-se, começou realmente a procurar informação, vindo a identificar-se como homem. Tinha 40 anos na altura em que saiu do armário e deu início

a um processo de acompanhamento médico. Noa começou por patologizar a sua condição (necessariamente binária, de mulher para homem), lembrando que, à época, se sentia a “ficar louco”.

Analisando o passado, Noa afirma que seguiu a via biomédica da transição (incluindo transformações corporais hormonais e cirúrgicas) por considerar que era a única escolha que tinha na altura (ver Johnson 2015). Faz a transição corporal completa e durante o período da transição identifica-se como “*homem trans*”:

Antes de saber que havia pessoas trans como eu, achei que estava louco. Depois há um momento em que as portas se abrem e, se eu conseguir fazer uma transição, não tenho outra alternativa senão estar à altura da ocasião. Nunca se ouviu dizer que se pode ser outra coisa que não seja um homem ou uma mulher. E depois tomei a testosterona... e ok!

Mais tarde, contudo, Noa conheceu algumas pessoas trans activistas e começou a envolver-se engajadamente no ativismo. A sua integração neste meio provocou uma rutura radical, em que passou de uma posição *psiquiatrizante* e de uma visão binária do género para uma posição pró-despatologização e uma visão não-binária. O discurso médico, centrado no corpo (a transição corporal associada à narrativa do corpo errado, nomeadamente), não é meramente posto de parte. Passa antes a ser um alvo a abater. Falando-nos do seu percurso, Noa refere:

Estou sempre em transição, a minha transição não vai acabar um dia porque tenho uma evolução... não é apenas uma evolução do corpo, é tudo intelectual. (...) Eu não tenho o corpo errado. O que está errado são as atribuições de género definidas sobre o que temos entre as nossas pernas, basicamente isso.

A mudança da sua visão, do gênero em geral e do seu gênero em particular, é concomitante, como não poderia deixar de ser, com a mudança do seu regime discursivo, isto é, do discurso que utiliza para pensar o (seu) gênero. Neste sentido, a identificação anteriormente utilizada deixa de fazer sentido e passa a utilizar a identificação “pessoa trans” e “puto”. Passa a adotar, portanto, uma identificação não-binária:

Interpreto-me a mim próprio como uma pessoa trans, não como um homem, não como uma mulher. Com a minha história pessoal... Interpreto-me socialmente como “puto” porque tenho uma história que sei pessoalmente o que é a homofobia e na minha rede de ativistas, de amigos, todos sabem que sou uma pessoa transgênero.

Tal como para Lé, mas ao inverso, também para Noa a semiótica da auto-descrição da identidade de gênero depende tanto dos léxicos disponíveis num dado momento como de condicionantes externas, seja a necessidade de escapar à discriminação transfóbica ou a vontade de lutar contra essa mesma discriminação. No entanto, as palavras socialmente aprendidas e mobilizadas não deixam de produzir os seus efeitos. Ao nível individual, nas narrativas pessoais são tecidas alianças, improváveis se só de arquétipos falássemos, entre modelos opostos. Ao nível societal dos regimes discursivos alimentados por essas narrativas pessoais, o significado das palavras vai sendo transformado e novos vocábulos vão sendo adicionados de modo a que se produzam distinções com renovado sentido. Veja-se como a significação não-binária do gênero se pode combinar com elementos semânticos binários (como as palavras homem ou masculino, mulher ou feminino) combinados, frequentemente, com termos sinalizadores da pertença a um coletivo identitário (como transgênero ou trans). Esta agência semântica pode, indubitavelmente,

estruturar, alargando ou estreitando, os regimes discursivos que num dado momento procuram explicar o género e a pessoa genderizada. Neste sentido precisamos de operar de forma multi-conceptual. Necessitamos tanto das narrativas e da agência discursiva de sujeitos existentes no mundo social como dos regimes e das formações discursivas que atuam independentemente de qualquer sujeito, tornando visível o aparato de saber-poder que atua sobre as possibilidades narrativas do género e da identidade. Em suma, ainda que demos centralidade ao sujeito, não deixamos de considerar que as afirmações têm valor performativo para além do sujeito.

Considerações finais: o erro de Shakespeare?

Ao perguntarmos “o que está num nome” questionámos a primazia das coisas sobre os nomes, notando a falibilidade da famosa formulação de Shakespeare. No que respeita ao género, entendido como construção social, é pertinente que consideremos a articulação entre corpo biologicamente sexuado e codificação simbólica da dualidade masculino-feminino sob as lentes críticas da contribuição pós-estruturalista. Afinal, a diferença entre homens e mulheres não advém linearmente da significação da realidade biológica, mas de uma interpretação que, exagerando a diferença, oferece primazia ao significante. Nesta ótica, a formulação de Butler, ao questionar a verdade pré-discursiva do sexo, ganha sentido. A análise que fizemos mostrou igualmente que os nomes constroem a identidade de forma estruturante. Não negamos a materialidade dos processos sociais nem o efeito social de condicionamento da agência individual. Enfatizamos, antes, uma dimensão igualmente central da realidade social, que nos serve tanto para entendermos a identidade trans, como para, a partir deste exemplo, questionarmos, de forma alargada, as semânticas da diferença em todos os seus vocábulos e para todas as populações. Lembrando novamente a intemporal obra de Shakespeare,

atrevemo-nos a sugerir que Romeu não seria talvez Romeu se acaso o seu nome não fosse Montecchio.

Em segundo lugar, encontramos-nos perante o desafio de caracterizar a diferença e a identidade de género expressa em discursos individuais e interpretar os seus regimes discursivos. Cada regime particular de significação faz parte de uma formação discursiva maior em que lutas simbólicas operam (Bourdieu 1991). Assim, o conjunto de semânticas trans podem ser conceptualizadas, no sentido Foucaultiano (1969), como uma formação discursiva, ou seja, como sistemas de dispersão ou unidades de discurso não linearmente ligadas e, portanto, como afirmações plurais que, em última análise, se encaixam num único sistema de formação (por exemplo: ser ou não ser binário).

No entanto, as noções pós-estruturalistas de diferença devem ser historicamente contextualizadas e mobilizadas quando pensamos nas possibilidades de superação dos binários. A “différance” de Derrida aparece então combinada com formações discursivas (uma formação trans) mas também com campos de lutas simbólicas, para usar o conceito de Bourdieu, em que certos agentes afirmam diferentes significantes (interpretações do género) eventualmente aplicáveis ao mesmo significado (o corpo sexuado).

Com efeito, a pluralidade de discursos não pode ser reduzida a um significante textual desprovido de corpos e encarnações. A diferença afirmada como uma singularidade de género contra o discurso dominante deve ser vista não só através da sua materialidade (quer se trate de organismos, quer de instituições e processos históricos, como sugere Connell 1987), mas também como uma semântica da auto-descrição que convoca, muitas vezes, significações ocultas. Afinal, as narrativas pessoais mostraram enredos híbridos, em vez de caixas singulares e coerentes de e para a identidade. Neste sentido, a questão trans é mais um campo em que estão em jogo diferentes reconhecimentos e diferentes reivindicações de redistribuição, do que um guarda-chuva

uniforme. Isso traduz-se na forma como frequentemente se reitera a oposição entre narrativas e identificações transsexuais e não-binárias. Como tal, traduz-se também numa hierarquia de legitimidade que, de certa forma, ainda opõe o modelo biomédico aos discursos contra os binários de gênero.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2020). Fragmented Recognition: Gender Identity between Moral and Legal Spheres, *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society*, <https://doi.org/10.1093/sp/jxaa011>
- Aboim, S. e Vasconcelos, P. (2020). Trans/Gender trajectories: the production of inequalities over time. *Current Sociology*, forthcoming.
- Ahearn, L. M. (2001). Language and agency. *Annual Review of Anthropology* 30. 109–137.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Benjamin, H. (1966). *The transsexual phenomenon*. Ann Arbor, MI: Julian Press.
- Borba, R. e Ostermann C. (2007). Do bodies matter? Travestis' embodiment of (trans)gender identity through the manipulation of the brazilian portuguese grammatical gender system. *Gender & Language* 1(1), 131–147.
- Bourdieu, P. (1990). *In Other Words: essays towards a reflexive sociology*. Cambridge: Polity.
- Bourdieu, P. (1991). *Language and symbolic power*. Cambridge: Polity Press.
- Brubaker, R. (2016). *Trans: Gender and Race in an Age of Unsettled Identities*, Princeton and Oxford: Princeton University Press.

- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2004). *Undoing Gender*. New York: Routledge.
- Chodorow, N. J. (2012). *Individualizing Gender and Sexuality: Theory and Practice*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Cloud, D. (2018). Toward a richer rhetoric of agency: shaping the identity category transgender in public discourse. *Argumentation and Advocacy* 8533, 1–18.
- Connell, R.W. (1987). *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity Press.
- Corwin, A. I. (2017). Emerging genders: semiotic agency and the performance of gender among genderqueer individuals. *G&L: Gender and Language*, 11(2), 255–277
- Cronn-Mills, Kirstin (2014). *Transgender Lives: Complex Stories, Complex Voices*. Londres: 21st Century Books.
- Darwin, H. (2017). Doing gender beyond the binary: a virtual ethnography. *Symbolic Interaction* 40 (3): 317-334.
- Davy, Z. (2018). “Genderqueer(ing): “On this side of the world against which it protests.” *Sexualities*. Doi:10.1177/1363460717740255
- Denny, D. (2007). *Gender variability: Transsexuals, crossdressers, and others*. Westport, CT: Praeger Publishers.
- Derrida, J. (1978). *Writing and Difference*. Chicago: University of Chicago Press.
- Derrida, J. (1982). *Margins of Philosophy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Eckert, P. (2008). Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics* 12(4), 453–476.
- Eckert, P. (2016). The problem with binaries: Coding for gender and sexuality. *Language & Linguistics Compass*. 8 (11), 529-35.

- Ekins, R. e King, D. (2006). *The transgender phenomenon* London. California and New Delhi: Sage.
- Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1980) The eye of power. In C. Gordon (ed.), *Power/Knowledge*. Brighton: Harvester Press.
- Foucault, M. (1979). *The History of Sexuality*, Volume 1: An Introduction. New York: Vintage.
- Given, L. (2008). Convenience Sample. In L. Given (Ed.), *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Sage.
- Haber, H. F. (1994). *Beyond Postmodern Politics: Lyotard, Rorty, Foucault*. New York: Routledge.
- Halberstam, J. (2018). *Trans. A quick and quirky account of gender variability*. Oakland, California: University of California Press.
- Harris, R.(1967). The Semantics of Self-Description. *Analysis* 27, 144-167.
- Hines, S. e Sanger., T. (eds.) (2010) *Transgender identities: towards a social analysis of gender diversity*. Londres: Routledge.
- Johnson, A. H. (2015). Normative Accountability: How the Medical Model Influences Transgender Identities and Experiences. *Sociology Compass* 9 (9): 803–813.
- Kessler, S. e McKenna, W. (2000). Who put the "Trans" in Transgender? Gender Theory and Everyday Life. *The International Journal of Transgenderism* 4 (3), 97-103.
- Kulick, D. (1998). *Travesti: Sex, gender and Culture among Brazilian Transgendered Prostitutes*. Chicago: Chicago University Press.
- Levitt, H. M., e Ippolito, M. R. (2014). Being Transgender: The Experience of Transgender Identity Development. *Journal of Homosexuality* 61 (12): 1727–1758.

- Livia, A. e Hall, K. (1997). "It's a girl!" bringing performativity back to linguistics. In Anna Livia & Kira Hall (eds.), *Queerly phrased: Language, gender, and sexuality*, 3–18. Oxford: Oxford University Press.
- Lund, G. (2012). Across and Beyond: The Semantics of Transgender Identity. *Stance* 5, 7–18.
- McNay, L. (1999). Gender and narrative identity. *Journal of Political Ideologies*, 4(3), 315–336.
- Merlini, S. (2019) *Género e Transgressão: (des)fazendo o masculino e o feminino em Portugal e no Reino Unido*. Lisboa. ICS-ULisboa.
- Meyerowitz, J. (2002), *How sex changed, a history of transsexuality in the United States*. Boston: Harvard University Press.
- Namaste, V. K. (2005), *Sex Change, Social Change*. Toronto: Women's Press.
- Nanda, S. (1990), *Neither Man Nor Woman: The Hijras of India*. Belmont, CA: Wadsworth.
- Pearce, R., D.L. Steinberg, e I. Moon. 2019. "Introduction: The emergence of "trans"." *Sexualities* 22 (1-2): 3-12.
- Phibbs, S. (2001). *Transgender Identities and Narrativity: Performativity, Agency, Corporeality*. New Zealand: University of Canterbury.
- Pilcher, J. (2016). Names, Bodies and Identities. *Sociology* 50 (4): 764–79.
- Plummer, K. (1995). *Telling Sexual Stories: power, change and social worlds*. London and New York: Routledge.
- Saleiro, S. (2013), *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Lisbon: ISCTE-IUL.
- Saussure, F. de (2000 [1916]) *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.

- Shilt, K. e Lagos, D. (2017). The development of Transgender studies in Sociology. *Annual Review of Sociology* 43: 425-443.
- Silverstein, M. (2003). Indexical Order and the Dialectics of Sociolinguistic Life. *Language and Communication* 23(3-4): 193-229.
- Stryker, S. (2006) Introduction. In S. Stryker e S. Whittle (eds.) *The Transgender Studies Reader*, New York: Routledge, 1–17.
- Stryker, S. 2008. *Transgender history*. Berkeley: Seal Press.
- Valentine, D. (2007). *Imagining transgender: An ethnography of a category*. Durham, NC: Duke University Press.
- Wilton, T. (2000), Out-performing Our Selves: Sex, Gender and Cartesian Dualism. *Sexualities* 3 (2): 237-254.
- Zimman, L. (2019). Trans self-identification and the language of neoliberal selfhood: Agency, power, and the limits of monologic discourse. *International Journal of the Sociology of Language*, 256, 147-175.

Biografias

Sofia Aboim, socióloga, é doutorada em Sociologia pelo ISCTE-IUL (2004). É Investigadora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Nos últimos anos a sua investigação incide sobre género e feminismo, masculinidade, cidadania e desigualdades sociais. Publicou livros e artigos sobre estas temáticas em revistas nacionais e estrangeiras. Publicou recentemente o artigo ‘Fragmented recognition: Gender identity between moral and legal spheres’ (*Social Politics*, Oxford University Press) e está a escrever um livro sobre género, reconhecimento e desigualdade. Coordenou o projecto TRANSRIGHTS – *Gender citizenship and sexual rights in Europe*, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação.

António Fonseca nasceu em 1996. Concluiu a licenciatura em Sociologia no ISCTE-IUL em 2017 e o mestrado no mesmo instituto e na mesma área em 2019. Foi bolseiro no projecto TRANSRIGHTS – *Gender citizenship and sexual rights in Europe: Transgender lives from a transnational perspective* de 2019 a 2020.

Filipa Godinho nasceu em Lisboa em 1995. É licenciada em Sociologia pelo ISCTE-IUL desde 2017. Em 2019 concluiu o mestrado em Sociologia também no ISCTE-IUL com uma dissertação sobre género e infância. Entre 2019 e 2020 participou no projeto “TRANSRIGHTS – Gender citizenship and sexual rights in Europe: transgender lives from a transnational perspective”.